

MUTAÇÃO DE URBANIDADE EM BUENOS AIRES

Susana Murillo

INTRODUÇÃO

É freqüente, na bibliografia e nos debates das Ciências Sociais, encontrarem-se referências à crise que as grandes cidades da América Latina atravessam. A esse respeito, preferimos falar de “mutação de urbanidade”, pois, a nosso juízo, o processo que começou há um pouco mais de três décadas implica uma ruptura com a história nas formas de organizar, perceber e habitar os espaços públicos e privados. Essa ruptura não significa que os hábitos e lugares do passado hajam desaparecido, mas sim que se resignificam em um novo diagrama de relações de forças, no qual, em espaços já transitados, inscrevem-se novos sentidos.

No caso de Buenos Aires, tanto as práticas discursivas como os modos de usar, habitar, olhar e percorrer os espaços sofreram uma ruptura a respeito das práticas construídas na cidade replanejada a partir do final do século XIX. Nela, os lugares públicos e privados deviam ser “escolas de igualdade”. Buenos Aires era uma cidade sem guetos, mesmo que seu território não pudesse ocultar desigualdades efetivas. Esse quadro se transformou

em pouco mais de três décadas em um cenário de guetificação e miséria crescente, no qual a vivência do terror e a insegurança condicionam uma fragmentação física e social que se transmuta em violência cotidiana.

Essa mutação na forma de gerir, habitar, transitar e viver a cidade é o que denominamos “mutação de urbanidade”. Durante o período do capitalismo industrial, o Estado geriu a vida, ao tempo em que denegou a morte. Para isso, organizou os espaços públicos e privados da cidade com a finalidade de construir, de modo universal, a subjetividade do cidadão trabalhador de maneira previsível. Falamos de “gestão de vida”, pois a industrialização, na Europa, gerou epidemias e resistências sociais que produziram, entre outros processos, a expulsão de massas de trabalhadores pobres para a América. Os imigrantes chegados a essas terras deviam ser disciplinados, a fim de que suas vidas fossem previsíveis; a produção industrial requereu a construção de um corpo ou “tecido” social “sadio”, que, de modo *universal* formasse sujeitos cujos trânsitos pelo espaço através do tempo estivessem submetidos a um rigoroso

ordenamento disciplinar. Nesse esquema, a cidade que recebia os imigrantes e que acolheu seus descendentes devia construir, neles, através do ordenamento dos espaços públicos e privados, uma forma de urbanidade consistente numa vida previsível e, por conseguinte, controlável. Falamos de “denegação da morte”, pois entendemos a palavra “denegação” como negação da existência. Efetivamente, uma condição para a possibilidade do processo antes mencionado foi o extermínio (de diversas maneiras) de povos autóctones, afrodescendentes, gaúchos pobres e de todos aqueles que resistiam ou eram obstáculo à ordem, mas essa condição foi acompanhada pela “invisibilização” histórica dessas mortes, fenômeno que se pode ler nos nomes das ruas, monumentos e praças, nos programas escolares, nas efemérides pátrias que apresentam, em toda a região, esse genocídios como gestos heróicos. A subjetividade urbana se constituiu, assim, numa vida previsível, sobre a denegação da ameaça de morte que pende sobre quem adota atitudes anormais. O processo se acentua nos períodos e lugares nos quais o processo de industrialização por substituição de importações requer uma força de trabalho disciplinada, na organização fordista..

Não obstante, paulatinamente, desde a década de setenta, a forma de habitar a cidade, a “urbanidade”, começa a mudar. Essa transformação está ligada ao fato de que o estado começa a gerir a morte e a denegar a vida das populações. Nessa mutação, a morte se mostra como uma evidência inocultável; o fenômeno está ligado ao declínio do fordismo, ao auge das novas tecnologias, à hegemonia do capital financeiro e à construção do que Guattari (1995) denominou “capitalismo mundial integrado”, que se conhece como globalização. Nesse processo, a “desindustrialização” e a desertificação de grandes zonas da América Latina geraram genocídios, desocupação massiva, precarização do trabalho, expulsão de camponeses para zonas urbanas e marginalização social. O processo é acompanhado por uma mutação nos modos de gerir os espaços, em paralelo às maneiras de habitá-los e, com isso, transformaram-se os

processos de construção de subjetividade. Dizemos que se gere a morte, pois os espaços públicos e privados já não estão pensados para construir, de modo universal, um cotidiano previsível, dado que uma enorme massa excedente de população já não é necessária, e o poder é gerido de modo diverso, segundo o setor da população que seja necessário controlar. O cidadão se transforma em “cliente”. Surgem, assim, espaços urbanos belos e bem cuidados para “ricos” e zonas abandonadas à violência “para pobres”. No âmbito subjetivo, a morte própria, pouco a pouco, é uma evidência para todos, seja porque se caiu na zona de vulnerabilidade, seja porque ela pende como uma ameaça frente à visão dos “outros”, os excluídos. Afirmamos que se denega a vida, porque já o Estado e as instituições públicas não têm como objetivo a construção de um corpo social sadio, formado de modo universal por sujeitos previsíveis; a construção da vida é abandonada à iniciativa privada. Ao mesmo tempo, o poder já não torna o extermínio invisível; atua com base na explícita ameaça de morte.

É a partir desse cenário – mesmo com diferenças que se reproduzem em outras cidades da América Latina – que propomos algumas hipóteses para o debate.

Afirmamos, em primeiro lugar, que a gestão dos espaços constrói a gestão dos corpos (que é o mais estranho e o mais próximo do que somos, como seres humanos). Isso institui estruturas subjetivas que, como a espacialidade e a temporalidade, conformam modos de ver e ser no mundo. A subjetivação é um processo mutável, que se faz nos modos de habitar, transitar, perceber, sentir e atuar dos corpos nos espaços. De modo então que, em segundo lugar, sustentamos que a gestão dos espaços implica uma gestão da vida e da morte. Em terceiro lugar, partimos do suposto de que essa gestão da vida e da morte, através da modulação dos espaços, se constitui numa trama móvel de relações de poder, que é variável historicamente e que se vincula a transformações subjetivas, que não são senão as transformações de um corpo histórico e desejante, atravessado por relações de for-

ça. Em quarto lugar, afirmamos que o Estado teve, nas sociedades capitalistas, a função de gestão de vida e de morte, que é a gestão dos corpos. Desde o século XIX, a gestão da vida e da morte teve como eixo a “resolução da questão social”.¹ Em quinto lugar, sustentamos que, no período do capitalismo industrial, o Estado-nação paulatinamente geriu a vida das populações, denegando a morte. Em sexto lugar, afirmamos que, a partir da década de 1970, o Estado-nação deixou de gerir a vida denegando a morte, para começar a gerir a morte denegando a vida. Finalmente, afirmamos que os esquecimentos e silêncios, em conjunto com os modos de habitar a cidade, constituem sintomas nos quais emergem capas arqueológicas das memórias, que são o sedimento do urbano.

GESTÃO DA VIDA E CONSTRUÇÃO DE URBANIDADE

A “protopolítica” científica higienista no planejamento de Buenos Aires

Buenos Aires é uma dessas cidades recriadas a partir da gestão da vida e sobre a denegação da morte. Dizemos “gestão da vida”, pois se tratou de construir uma “raça argentina” moldando os corpos dos imigrantes que chegavam do campo europeu, e afirmamos “denegação da morte”, pois, ao mesmo tempo, a cidade se reorganizava sobre o mascaramento do genocídio cometido contra “gauchos”, povos originários e países vizinhos, como o Paraguai.

No final da década de 1860, depois da guerra contra esse país e simultaneamente à chegada massiva de imigrantes europeus a Buenos Aires, a cidade foi assolada por epidemias. A urbe representava um lugar de perigos provocados por epi-

demias, racionamento, fome, protestos operários, tudo aquilo que se expressava na falta de um tecido social, carência atribuída pelas elites à chegada da imigração pobre. Emerge, então, uma “protopolítica científica” (Murillo, 2001), destinada a reconstituir a saúde física e moral, individual e social da população urbana. Essa protopolítica implicou uma tripla dimensão: a) estratégias discursivas, cujo núcleo foi a idéia de um Sujeito Universal, dotado de direitos e obrigações – do qual foram excluídos, de modo mais ou menos dissimulado, os não brancos; b) a formação de profissionais nas universidades; e c) práticas institucionais. O discurso médico alienista e higienista foi central na constituição dessa tripla estratégia. A “protopolítica científica” foi a matriz de futuras políticas sociais. Por meio dela, o Estado se articulou com organizações privadas, num exercício de poder com um caráter crescentemente *individualizante e, ao mesmo tempo, totalizante* (Foucault, 1990). Com o termo “protopolítica científica” designamos um conjunto de práticas discursivas e extra discursivas que, sob a matriz disciplinar do positivismo, traçou uma série de estratégias aplicadas para controlar a saúde da população, a partir do traçado de “planos preventivos científicos”. Para isso, desenvolveu-se a investigação tanto biológica como social e trabalhou-se no âmbito da interdisciplinaridade, apontando a legislação e a prevenção universal. Uma epidemia, sustentavam os médicos, é produzida por causas cognoscíveis cientificamente, e *à ciência corresponde o dever de descobrir essas causas e aos poderes públicos a obrigação de aplicar esses conhecimentos à prevenção e ao combate das enfermidades físicas e morais, à melhoria das condições de vida da população, à diminuição da mortalidade e, finalmente (como consequência do anterior), ao desenvolvimento das atividades econômicas.* O objetivo foi impulsionar as iniciativas sanitárias tendentes a “transformar as concepções da Ciência em medidas administrativas severas e eficazes e a incorporá-las à prática corrente” (República Argentina, 1892, p. 124). Uma boa lei deve gerar hábitos morais e costumes higiênicos. Tratava-se de

¹ Com “questão social”, aludimos ao abismo, ou fosso insondável, entre os princípios postulados pelo constitucionalismo liberal, princípios baseados na liberdade e na igualdade, e a realidade efetiva na qual a falta de acesso ao trabalho ou à propriedade, bem como um dissimulado racismo para com os descendentes de povos originários desmentiam os próprios fundamentos da ordem.

administrar a vida.

A matriz teórica que possibilitou tais estratégias foi produzida pelo higienismo e pelo alienismo médicos que, com base em parâmetros de *normalidade*, possibilitaram o diagnóstico exato dos sujeitos e das populações, com o fim de *regenerá-los* ou “readaptá-los” socialmente, quando saíam da média esperada. Alienismo e higienismo se desenvolveram dentro de um marco positivista que supôs uma Epistemologia e uma Ontologia que coloca a Ciência no lugar da verdade, no suposto de que ela permitirá conhecer e planejar a realidade social, através de táticas de gestão dos espaços, cuja estratégia final seria a conformação do indivíduo normal e a regeneração do desviado. A Ciência, como manifestação mais avançada do progresso, possibilitaria a perfeição tanto moral como social do Homem, assim como o socorro dos que tombaram na “luta pela existência”. Ela tomou como objeto de estudo os corpos que habitavam a cidade e deu, em nome da neutralidade, elementos que legitimaram a ação do Estado sobre os indivíduos. A apelação à Ciência por parte do Positivismo teve um instrumento fundamental: *a medicalização da cidade*. O médico e seu prestígio preencheram os vazios entre a proposta teórica do igualitarismo burguês e o funcionamento efetivo da sociedade. A medicina veio a salvar o paradoxo de que, sendo o contrato social produto de indivíduos livres e iguais, nos fatos o Estado possa usar a violência contra alguns. A medicina veio salvar o paradoxo de que, sendo o contrato social produto de indivíduos livres e iguais, nos fatos o Estado possa usar a violência contra alguns. A medicina alienista e higienista mostrará que, mesmo tendo o sujeito físico uma base física imutável, o caráter e o meio social podem ser mudados através da intervenção sobre *os espaços*. Nesse ponto, o funcionalismo médico estatal desenhou a matriz de políticas sociais que, mesmo cumpridas apenas parcialmente, lograram construir uma cidade até certo ponto ordenada e previsível, mas sem guetos. Onde a lei era insuficiente e a família falhava, devia operar o médico, avalizado pelo prestígio da Ciência. O médico, pilar do Esta-

do, encarnava um problema indissolúvel: *médico e social*. Nessa matriz teórico-política, o *Higienismo* vinculou o iluminismo com o empirismo inglês e com a teoria da influência da moral no físico (do alienismo). Tudo conduzia à *idéia de controlar o espaço urbano, a fim de constituir um tecido social em que a vida fosse mais racional, previsível e, portanto, mais sadia* (tanto no sentido físico como no moral). Constitui-se, assim, uma “espécie de ciência intermediária entre a Legislação e a Medicina” (República Argentina, 1903, p. 28), denominada “medicina política”. Os homens que organizarão esse movimento definem precisamente o trabalho do higienismo: *“A medicina não só tem por objeto estudar e curar as enfermidades, mas também tem uma íntima relação com a organização social; algumas vezes, ajuda o legislador a elaborar leis, freqüentemente ilustra o magistrado quanto à sua aplicação, e sempre vela, junto com a administração, pela manutenção da Saúde Pública”*. (*Annales d’hygiene publique et de medecine légale*, n. 1, ene. 1829, *apud* Castel, 1980, p. 148.). Desse modo, postulam-se dois objetivos a respeito do corpo social: a enfermidade física e a enfermidade moral. Nesse ponto, o higienismo se articula com o papel do legislador, do jurista, do criminalista, do reformador social, do psicólogo e do psiquiatra. Seu objetivo é o planejamento social, com ênfase na idéia de *prevenção*. Tudo isso torna necessário organizar o traçado urbano e, com ele, os espaços públicos e os íntimos, particularmente aqueles habitados por populações pobres. Do ponto de vista higienista, o “progresso” gera “necessariamente desigualdades”, devido às diferenças “naturais” e à existência do “trabalho livre”, que é a “*fonte de prosperidade*”. Nesse enfrentamento, que propicia o triunfo dos mais aptos, é necessário socorrer os menos aptos, a fim de incluí-los ou separá-los da livre circulação urbana. O alienismo traz uma das primeiras tecnologias aplicadas a questões sociais baseadas na persuasão. Isso explica por que o tratamento psiquiátrico se transformará em matriz de outras formas de tratamento.

Junto com esse prestígio médico, veio à tona

o *valor do espaço* como agente de ordenamento social, não só do espaço aberto dos intercâmbios e, a partir dele, o valor do urbanismo, mas também do espaço fechado. Nele, a *clausura* teve um caráter *instrumental terapêutico*, que devia possibilitar a *regeneração do desviado*, numa estratégia de inclusão de todos. O prestígio científico da medicina fará com que se veja como justificável o seqüestro de pessoas, num contexto em que a liberdade é concebida como atributo inalienável do homem.

Os documentos, na Buenos Aires dos finais do século XIX, mencionam com freqüência um “plano científico de precaução”; o termo evoca algumas estratégias articuladas por diversos atores: o Estado, organizações privadas de beneficência, a Universidade e instituições criadas com a finalidade de levar adiante tais projetos (*Departamento Nacional de Higiene, Asistencia Pública, Sifilocomio, Depósito de observación de Alienados, Asilos Colonia, Hospitales, Instituto Bacteriológico, Oficina Química Municipal*, entre outros). O nome de “plano” designa a articulação de diversas instituições, o impulso para a investigação aplicada, a criação de legislação e a aplicação de medidas tanto preventivas como corretivas de problemas que afetavam a saúde da população. O termo “saúde” refere-se aos aspectos físicos e morais, individuais e sociais da população. Esses “planos” estavam centralizados no Poder Executivo Nacional e tomaram, ainda que não sem contradições, o território urbano como um objeto que devia ser cuidado e curado. Em tais planos, esboça-se um projeto político, mesmo que ele não tenha se concretizado de uma maneira monolítica; o enfrentamento com interesses particulares, as lutas entre instituições públicas e a falta de pressupostos foram moeda corrente.

A medicina de Estado se constituiu num *dispositivo de gestão dos espaços abertos e fechados*. Seus *objetos de aplicação* foram os elementos naturais: a água, o ar, o solo e o clima. Também os elementos artificiais: casas, barcos, mercadorias. O território como totalidade de pessoas e coisas transformou-se em objeto de investigação científi-

ca e de controle, através da *gestão do espaço aberto dos intercâmbios e dos espaços fechados de ressocialização*. A medicina social modelou, em Buenos Aires, *os espaços de entrada e saída da cidade* (porto, ferrovia); *os de circulação interna* (parques, passeios, ruas); *os de ócio, trabalho e educação* (bordéis, restaurantes, teatros, escolas, fábricas) e, finalmente, o *espaço íntimo*, a casa, particularmente a casa pobre, cujo emblema foi o “conventillo”.² Através desses movimentos, organizou o público e o privado. Mas também o alienismo promoveu a gestão dos espaços fechados de ressocialização dos desviados da norma: hospitais, manicômios, “sifilicômio”, cárceres, depósitos de contraventores, entre outros.

As estratégias higienistas-alienistas tenderam, desse modo, à construção de lugares físicos nos quais os corpos das pessoas e as coisas deviam ser distribuídas de modo ordenado, de acordo com certos ideais. Essa ordem supunha a homogeneidade, que não excluía a diversidade, mas era baseada nas hierarquias sociais. Uma unidade hierárquica, na qual todos deviam estar *incluídos*, a partir da aquisição de hábitos de acordo com o lugar social correspondente.

Assim, Buenos Aires surge entre as epidemias, numa utopia na qual o privado foi o lugar onde a mãe se constitui em agente de introjeção do mandato moral universal. O público foi concebido como uma escola de “igualdade entre os desiguais” (Buenos Aires, 1889, p. 17), a fim de conter as inequívocas dissidências entre os princípios de igualdade universal proclamados e a realidade de desigualdades efetivas. Ocultava-se, assim, ideologicamente o desequilíbrio fundamental subentendido no mundo moderno. A construção de espaços públicos ou privados intentava atenuar esse abismo, construindo uma subjetividade coletiva e individual ordenada e previsível, plasmada na mítica idéia de uma “raça argentina”.

Em Buenos Aires, essa estratégia – ainda que com isolados antecedentes – começa a ser traçada em 1825 – com o começo da denominada

² N.T. Habitação coletiva, aglomeração de casas muito pobres, cortiço.

“organização nacional” –, com um decreto de Valentín Alsina, que dá origem à organização sanitária da cidade (Universidad de Buenos Aires, “Decreto del 29 de Octubre de 1852”, 1952, p. 29). O decreto, que constituía o dispositivo de “policia médica”, criava o *Consejo de Higiene Pública*, encarregado de vigiar tudo que fosse relativo à salubridade pública em geral e, em particular, a dos portos. Tal decreto é, segundo constatamos, o primeiro antecedente de um “plano científico de prevenção” (Ponce, 1888, p. 7) em nosso país. Mas é em 1869, por iniciativa do *Consejo de higiene pública*, que se cria a *Junta de Sanidad del puerto*, cujo objetivo fundamental é evitar a entrada de pestes “exóticas” e quando começam a ser aplicadas as medidas do mencionado plano. É então, particularmente logo depois da epidemia de febre amarela que dizimou a cidade em 1871, que ela começa a ser dividida em duas, erradicando-se do bairro sul os setores poderosos, que se deslocaram para a zona norte. No sul, ficou a faixa pobre da população, e ali se concentrariam os “conventillos”, com a chegada dos imigrantes. A peste foi um dos pontos de emergência da construção de uma série de instituições que, lideradas pelo *Departamento Nacional de Higiene* controlariam e instituiriam todos os espaços públicos e privados da cidade.

A higiene pública das cidades funcionou em três dimensões principais. Em primeiro lugar, foram analisados os lugares de acumulação, de onde podiam emanar miasmas pútridos. Dessa maneira, o modelo analítico hegemônico nas ciências naturais é transferido para o planejamento urbano. Os lugares de aglomeração, dos quais podia emanar e difundir-se o ar “viciado” (no duplo sentido moral e físico da palavra), começaram a ser deslocados para as periferias. Em segundo lugar, controlou-se a circulação de coisas e pessoas. Em terceiro lugar, planejou-se a distribuição dos elementos comuns na cidade. A noção de *higiene pública* promoverá a gestão de um *controle científico-político do meio*, sob o argumento do igualitarismo dos direitos.

Não obstante, o desequilíbrio fundamental subjacente à cidade moderna brotou em inúmerá-

veis sintomas. Os espaços públicos, pensados como “escolas de igualdade”, seriam, de modo ambivalente, gestores de solidariedades coletivas, que enfrentariam de diversos modos a desigualdade explícita. Em Buenos Aires, *o sintoma emerge desde começos do século XX. A “marcha de las escobas”*, protagonizada por mulheres e crianças que habitavam “conventillos”, inaugura, em 1905, o uso do espaço público como lugar de protestos políticos diversos.

O espaço urbano como lugar do Sujeito Universal

Buenos Aires manteve, ao longo do século XX, certo ar de igualitarismo – que encobriu um oculto racismo em relação aos não brancos –, sustentado particularmente no fato de que, nela, não havia guetos. As “villas miseria” surgem a partir da década de 1930, quando descendentes de povos autóctones do interior do país sofrem um processo de expulsão de seus espaços e começam a chegar a Buenos Aires como mão-de-obra para o incipiente processo de industrialização por substituição de importações. Eles vão formatar uma massa de excedentes que habitará as “villas miseria”. Nesses lugares, os trabalhadores pobres deveriam submeter-se a fortes laços clientelistas, que sustentavam não só a possibilidade de acesso ao trabalho ou a pequenos favores, senão também a relações afetivas com pessoas que ostentavam diversos graus de poder econômico e simbólico (Auyero, 2001). Entretanto, as “villas” eram lugares onde se podia transitar com tranquilidade e que mantinham com o entorno, fluxos constantes na vida cotidiana. As ruas de Buenos Aires continuaram sendo lugares de encontros e protestos. A casa, o bairro, o clube e a escola, paulatinamente construíam uma vida previsível, que se abria, como do ventre materno, para um mundo amigável, no qual se construíam códigos compartilhados.

Esse fenômeno da cidade como espaço urbano de um Sujeito Universal, cujos espaços públicos e privados devem promover a gestão da igual-

dade, mas também a previsibilidade das populações, através da introjeção da *culpa* e o sentido de *dever*, foi assegurado logo após a segunda guerra mundial. Então, consolida-se um Estado que, apesar de permitir a existência de uma massa de excedentes, possibilitou o acesso de maiorias aos direitos sociais e avançou na construção de espaços para trabalhadores. A vida transcorria de modo previsível: a confiança, a espera, o cuidado com o outro se gestavam nesses lugares. Estruturas cognitivas, como a espacialidade homogênea, abstrata e universal, bem como o tempo linear e infinito, consolidam-se na maioria da população e são coadjuvantes da construção de projetos e deliberações coletivas e individuais. A constituição de uma temporalidade linear, que se projetava para o futuro, era garantida juntamente com a estrutura de um espaço abstrato e universal. O espaço não era apenas “o local”, nem o tempo apenas o momento presente, ou a recordação melancólica do passado. A morte aparecia, nesse contexto, como algo que ocorre ao “outro”. Constituíam-se laços comuns que, com o tempo, gerariam não apenas a disciplina, que torna ordenada e previsível a subjetividade, mas também corpos coletivos de trabalhadores e estudantes que encarnariam protestos nas ruas.

GESTÃO DA MORTE E MUTAÇÃO DE URBANIDADE

Genealogia das novas espacialidades

A partir de 1976, o território de Buenos Aires muda radicalmente. O Estado começa a promover a gestão da morte e a denegar a vida. A morte deixa de ser alheia e, paulatinamente, se transforma numa evidência intransponível, frente à qual surge a denegação, entendida como “negação da existência”. Com isso, muda-se o modo de habitar o território. O espaço adquire qualidades diversas, e a temporalidade se transforma. As ruas, as praças e as casas de Buenos Aires começam a impregnar-se de significados ligados à morte, o que tem sua

genealogia em vários processos.

Um primeiro momento genealógico se institui a partir de 1976, no genocídio e no terror vinculado inconscientemente à participação política. As ruas deixam de ser lugar de encontro, e a subjetividade se recolhe no interior das casas. Paralelamente a este processo observa-se lenta e progressivamente, o processo de desindustrialização, que arrasta, de maneira massiva, os trabalhadores para fora do aparato produtivo, ao mesmo tempo em que os lança fora dos espaços que habitavam. A destituição se inicia de modo formal com um ato municipal da cidade de Buenos Aires de 13 de julho de 1977. Nele se estabelecia o processo de erradicação das “villas miseria” (Arakaki, 2002). Esse ato indica o começo de um segundo processo de exclusão das populações marginais, pois o primeiro elas experimentaram a partir dos anos 30 e 40, quando tiveram de migrar de províncias ou países limítrofes às cidades como mão-de-obra barata. Até então, essas populações constituíam o “exército industrial de reserva”; agora, num país desindustrializado, são lançadas no segundo e terceiro cordão industrial da grande Buenos Aires, minoritariamente em seus lugares de origem e, em muitos casos, se amontoam em casas tomadas, vilas, hotéis e pensões na Capital Federal. A morte, em suas diversas formas – física, por desaparecimento forçado, e social, pela perda irrecuperável do trabalho e dos laços de vizinhança ou sindicais –, tornou-se então uma presença explícita, não obstante as classes médias denegarem isso constantemente.

Com a chegada da democracia em 1983, configura-se um segundo momento genealógico na construção de novas espacialidades. Então, uma espécie de maníaca alegria transbordou rapidamente nas ruas e praças, o que denegou sistematicamente que algo muito profundo havia mudado nas sociabilidades públicas e íntimas, e essa denegação propiciou a construção de um imaginário festivo, que se trocava, mais tarde, por uma profunda frustração.

Uma terceira capa genealógica se localiza nos sucessivos choques econômicos que resignificaram, de modo pouco consciente, a vivência da morte. A

hiperinflação de 1989, juntamente com a *perda de direitos sociais e laborais*, trouxe de volta a mesma percepção de carência, de incerteza existencial que havia surgido, mesmo que denegada, nos anos 70.

Nos anos 90, localizamos uma quarta capa genealógica, que se sustentou na maníaca denegação do que ocorria e que impulsionou muitos cidadãos a se identificarem com um *show* acanalhado que, no televisor, frente ao qual se recolhiam boa parte da população, ostentava a fachada de ingresso no primeiro mundo, na figura de políticos, empresários, artistas e desportistas, atrás da qual se dissimulava o esgar da morte e se insinuava o da impunidade. Boa parte da população se identificou com figuras que realizavam o ato central do político: a promessa de acesso à imaginária completude de uma comunidade perfeita. Assim, a denegação maníaca da morte, sustentada num consumo absurdo de artigos importados, aferrou-se à espectral crença na promessa de ingresso no mítico primeiro mundo. Isso gerou uma apatia a respeito da participação política, o que permitiu o consenso quanto às reformas políticas e econômicas levadas adiante nessa década, segundo indicações de organismos internacionais. Os protestos de trabalhadores, de organizações de direitos humanos, de estudantes e de desempregados foram ignorados sistematicamente. No final desse processo, todas as riquezas nacionais tinham sido privatizadas. As reformas econômicas expulsaram, com mecanismos mais sutis, os habitantes de velhos bairros; assim, em alguns deles, foram gerados “processos de renovação urbana”, através dos quais a *gentryfication* – substituição de um setor social por outros de maior renda (Rodríguez; Devalle, 2001) – possibilitou que paulatinamente bairros populares oferecessem uma máscara turística que apaga a história do território urbano.

A profunda e abrupta transformação do rosto de Buenos Aires pode ser lida na fria eloquência dos números, que indicam – segundo a CEPAL – que, na área de Buenos Aires e na “área de conurbação”, a pobreza se duplicou entre 1999 e 2002, ao passar de 23,7 % a 45,4 %, enquanto a indigência triplicou ao subir de 6,7 para 20,9%.

Entre 1990 e 2003, o trabalho informal passou de 25,3 % para 45,1% , e o desemprego de 6 para 21,4 %. O subemprego, por sua vez, subiu de 8.1 para 18.8 %. Um contingente de 34.5% de pessoas maiores de 65 anos carece de toda cobertura social (pensão ou aposentadoria). O total de idosos nessa condição no conurbano de Buenos Aires é de 594.856 pessoas, sobre um total de 1.907.798. Para o ano de 2010, prevê-se que 4 de cada 10 pessoas carecerão de toda cobertura imediatamente após os 65 anos.

Nesse cenário, em dezembro de 2001, um povo inflamado superlotava as ruas de Buenos Aires e derrubava um presidente que era cobrado pela impunidade frente à responsabilidade do extermínio de trinta e quatro pessoas. Esse fato marcava o final de um processo de apatia e abria um outro de esperança, mas não de participação cidadã. O ano de 2002 atravessou as ruas de Buenos Aires como um furacão. Assembléias de bairros floresciam por todas as partes. Contudo, junto com elas, o *assédio midiático* havia começado a apresentar a morte como uma constante. Os meios de comunicação, desmoralizados durante a década de 90, aprofundaram sua monocórdia apresentação de perigos, reais ou fictícios, especialmente para o telespectador que, isolado frente ao televisor, se fecha cada vez mais e abandona as relações de vizinhança. Os saques, a violência imotivada de delitos, a agressão familiar ou entre vizinhos e a morte provocada por forças de segurança em operações armadas e por grupos privados, tornaram-se uma companhia da qual não se pode escapar e que ressignificou e ressignifica o terror.

Os espaços como cenário da morte. Transformações subjetivas

Nesse contexto, em muitos habitantes surgiu um modo de ser no mundo em que a angústia aparece como o estado de ânimo mais freqüente.³

³ A partir do ano de 2001, realizamos 90 entrevistas em profundidade com pessoas que habitam em Buenos Aires.

Ela patenteia a morte que, como equação que não pode ser ocultada, mostra-se na falta de trabalho, de alimento, de habitação, de saúde, de amigos, de projetos. Essa angústia não pode ser processada institucionalmente e gera violência para si e para os outros. Nem todos os relatos de pessoas entrevistadas, em que aparece a angústia ante a morte, mostram que quem fala teria transitado efetivamente por situações de violência em mãos delinquentes. Uma boa dose desse estado tem suas raízes na incerteza antropológica, fruto das capas genealógicas apresentadas anteriormente, mas que se concretiza e se projeta no jovem, no pobre, e particularmente nos migrantes latino-americanos. Trata-se do horror ante uma situação que se torna ilegível para subjetividades construídas num mundo radicalmente diferente. No rosto dos pobres, dos expulsos, retorna como um sintoma, algo que foi reprimido. Trata-se do espanto da morte. Eles chegam em caminhões e trens dos mais abjetos lugares do conurbano para a capital, quando cai a tarde. Então, um exército silencioso e desdentado de famílias pobres recorre aos depósitos de lixo em busca de objetos para reciclar e restos de comida. Eles ou seus pais foram, até poucos anos atrás, trabalhadores com casa própria, cujos filhos iam à escola e tinham um futuro. Agora, são fantasmas que lembram a quem tem posses ou trabalho o possível destino que os espera. A ameaça, presente de modo ineludível, gera angústia. E a angústia gera a violência contra si (aumento de índices de suicídios, toxicomanias) e contra outros (violência familiar e entre pares, assim como contra vizinhos ou ocasionais transeuntes). *A violência obtura as mediações reflexivas e agudiza a ruptura de laços sociais.*

“Guetificação” física e social dos espaços urbanos

Como consequência do que foi colocado anteriormente, frente à área quadriculada e homogeneizante dos espaços urbanos modernos, surge o isolamento e a “guetificação” no duplo sen-

tido: físico e social. Buenos Aires se divide em duas cidades: a dos ricos e a dos pobres.

A “guetificação” física se estrutura na construção de espaços fechados para ricos (áreas altas e bairros fechados) e espaços fechados para pobres (“villas miseria”), que agora são verdadeiros guetos nos quais se podem introduzir armas e drogas com facilidade, verdadeiros lugares de horror, onde os pobres que querem trabalhar vivem situações de terror e ameaça por parte de traficantes e de toda classe de pessoas cujo trabalho se vincula agora a diversas formas de delito. As ruas da “villa” são lugares perigosos para seus habitantes; a muitas delas não chega uma ambulância com um médico, por temor à violência. Para os pobres, nesse lugar isolado, a vida pulsa num constante nomadismo em busca de trabalho. As classes médias – o que resta delas – derrotadas e empobrecidas ou em perigo de cair na pobreza, conservam os modos de legibilidade do urbano; não podem compreender o que se passa, fecham-se atrás de grades e exigem, de diversas maneiras, a colocação de cercas ou muros em lugares públicos, para evitar que os pobres passem suas noites nesses espaços comuns, concebidos, há mais de um século, como “escolas de igualdade”. O espaço urbano se fragmenta *entre bairros e dentro do mesmo bairro*. As “villas” multiplicam sua população. O interior das “villas” e os bairros pobres estão diferenciados espacialmente em relação ao lugar de origem de seus habitantes (províncias do interior da Argentina, peruanos, bolivianos, paraguaios, caribenhos, chineses). Os enfrentamentos por espaço se manifestam como lutas entre identidades culturais.

A “guetificação” social é, então, uma consequência da “guetificação” física: não há códigos comuns. Nesse cenário, os encontros nas ruas costumam culminar em explosões de violência.

Na perspectiva do público e do privado, o espaço urbano se conforma num conjunto de espaços fragmentados, nos quais se reconfiguram os limites tradicionais entre o dentro (o íntimo) e o fora (o público). O poder invisível se insinua (ao mesmo tempo em que se oculta) no não-lugar do espetáculo público midiático. Ali, o privado se faz

público. Ao mesmo tempo, quase todo o público se privatiza. A aristocracia global exhibe sem pudor sua intimidade, ao tempo em que a progressiva pauperização das populações inviabiliza o espaço da intimidade, que se dilui em moradias que albergam famílias complexas.

A “guetificação” física de Buenos Aires tem hoje um lugar emblemático no qual ela se encarna. Trata-se do “santuário”, que relembra jovens e crianças, mortos em 30 de dezembro de 2004, no massacre de “Cromagnón”, uma discoteca freqüentada majoritariamente por setores pobres (mesmo que não exclusivamente), que se incendiou em um recital onde havia mais de três mil pessoas, num lugar com capacidade para mil. Como consequência disso, morreram 194 pessoas e pelo menos seis mil ficaram afetadas psiquicamente, num evento que implica responsabilidades de empresas *off-shore* (alimento do capital financeiro), empresários locais desonestos e o governo da cidade. O massacre teve impactos na desestruturação subjetiva de jovens que reduziram fortemente a capacidade de cuidado de si e que, em alguns casos, dirigem-se para a morte inconscientemente, pois ela é o único sentido que se lhes oferece. No lugar do massacre – o bairro de “Once” – o “santuário”, criado por amigos e familiares dos mortos, com sapatos, cartas, lembranças e outros objetos da vida cotidiana, é como um emblema da cidade “guetificada”: para o norte, torna-se suntuosa (ainda que com fortes enclaves que maculam cada vez mais essa beleza, com casas invadidas e rostos desdentados). Para o sul do santuário, a cidade se torna abruptamente um lugar sórdido, sujo, amontoadado, com serviços urbanos de baixa qualidade. A marginalização cresce.

A heterogeneização dos espaços

A casa portenha, nos setores pobres e empobrecidos, já não é o lugar do abrigo; não é o ventre que resguarda; esse fato se torna complexo, numa cidade em que, há décadas, predominou o imaginário de viver só e de ter casa própria (Isla et al,

1999). *O bairro, por sua vez, perde a qualidade de amigável. O que antes foi o “interior”, continente, hoje se torna hostil, estranho. A escola e a universidade já não são o lugar de encontro entre desiguais: o isolamento em solidão ou em pequenos grupos é uma nota constante, registrada por docentes que não conseguem modificar a apatia e a aparente indiferença de jovens que não encontram projetos nos quais se afirmar. Entre os setores abastados, a desconexão com o resto não é menor: o refúgio nos guetos para ricos os impede de compartilhar códigos e produz, entre os mais jovens, uma desestruturação de limites que freqüentemente termina em violências motivadas pelo tédio, estado comum entre os jovens. Como consequência disso, os espaços se tornam heterogêneos, adquirem qualidades bem diferenciadas: amigável ou perigoso, conhecido ou ignoto. O processo se constitui em relação à zona social a que se pertence. Isso torna opaco o esquema de um espaço abstrato e universal, construído na cidade projetada pelos higienistas. O espaço, como estrutura cognitiva, depende, cada vez mais, da zona social e da trajetória pessoal nesse lugar.*

“Despacificação” dos espaços

Esse processo gerou uma paulatina “despacificação” (Wacquant, 2001) dos espaços, que supõe três dimensões: violência estrutural do desemprego, violência intermitente do Estado e violência “intervincular” constante.

A violência intermitente de caráter estatal e a estrutural do desemprego encontram sua condição de possibilidade na dualidade global-nacional, em que o primeiro elemento cresce graças ao segundo. Nesse processo, a cidade se torna um lugar estratégico. Nela emerge uma enorme variedade de formas de trabalho e culturas em desvantagem frente às retóricas políticas, que apenas representam e valorizam os grupos corporativos. O espaço urbano se constitui como o lugar do capital transnacional, que utiliza a cidade – particularmente a “grande cidade” – como uma “mercadoria

organizativa” (Sassen, 2003); nela, os setores oprimidos constituem uma presença crescente, cada vez mais internacionalizada também. As migrações representam o sinal dos tempos. O capital global e a mão-de-obra imigrante em busca um lugar em que se firmar são dois atores que mudam a fisionomia da cidade. O espaço urbano se desnacionaliza e se reconfigura em meio a conflitos crescentes por sua apropriação. Os espaços urbanos são os lugares privilegiados para a sobrevalorização do capital corporativo e para a desvalorização dos desocupados, dos trabalhadores precarizados e dos imigrantes, cujas identidades não estão incorporadas às tradições locais. Ao mesmo tempo – em cidades como Buenos Aires, que sofreram esse processo de modo agudo e rápido –, o espaço se torna um cenário obrigatório de lutas e buscas para milhares de indivíduos que perderam suas tradicionais ancoragens e que nela tratam de emergir como sujeitos.

O processo não é independente da reconfiguração das funções e do papel regulador do Estado. Dois fatores afetaram-no especialmente. Um é a nova localização de componentes da autoridade estatal em organizações supranacionais. Um segundo elemento é o surgimento de regimes legais transnacionais, privatizados em âmbito internacional, para transações comerciais transfronteiriças, que incluem também a mão-de-obra, particularmente de trabalhadores de serviços. Essas transformações promoveram uma reconfiguração do Estado, que continua sendo uma instituição estratégica para as mudanças legislativas e as inovações necessárias para o funcionamento seguro do capitalismo mundial integrado. O Estado já não aparece como o lugar central da soberania e da normativa que a acompanha. Ele se apresenta, como um intermediário entre outros atores: os organismos internacionais e as organizações não governamentais. As duas propriedades fundamentais do Estado moderno – *soberania e territorialidade* – desarticularam-se paulatinamente, ao menos nos países do terceiro mundo. Essa desarticulação se vincula à incorporação de duas funções básicas que o novo Estado adquiriu: facilitar o fluxo do

capital transnacional e operar como polícia frente aos conflitos emanados da nova questão social. O Estado modifica suas estratégias de gestão de espaços e corpos. Nessa nova estratégia, o Estado deixa zonas à mercê daqueles que as habitam, contanto que eles não atinjam os centros nevrálgicos da aristocracia global. Surgem, assim, zonas em conflito, ou “despacificadas”, que instalam uma guerra virtual entre vizinhos, o que aumenta a “guetificação”. O território urbano se transforma em um campo de batalha, e isso se vincula à nova penologia e ao *management do desperdício*, que já não operam de modo individualizante, como a criminologia ressocializadora dos finais do século XIX e XX. As novas tendências criminológicas utilizam a monitoração estatística eletrônica de grupos (não de indivíduos) por graus de provável periculosidade para os centros nevrálgicos de poder. Permanecem, na cidade, verdadeiras “zonas liberadas”, espaços onde campeia o medo. O *terror, como nova forma de exercício de poder, atravesse todos os espaços e reconduz à “guetificação”*, e, com isso, retroalimenta a *heterogeneidade qualitativa dos espaços*. O processo gera uma subjetividade aterrorizada, em que o medo opera como fator que impede a liberdade.

Nesse cenário urbano, os diversos bairros e casas de Buenos Aires são espaços de crescente violência “intervincular”. As “villas miséria” se transformaram em guetos de horror, nos quais se pode entrar, mas não se pode sair; as casas, ruas e praças dos tradicionais bairros de classe média são paulatinamente ocupadas por grupos de eternos rebanhos sem domicílio ou trabalho. Algumas “villas miseria”, em certas horas do dia, transformam-se em zoológicos humanos para turistas que vêm admirar a pobreza exótica da América do Sul em insólitos “tours”, pelos quais pagam cinquenta dólares. Os meios de transporte e a via pública são cenários constantes de violência entre vizinhos, ou de viajantes exaltados pelo maltrato a que são submetidos diariamente por empresas de transporte privadas, subsidiadas pelo Estado, ou de represão a vendedores ambulantes, trabalhadores, grevistas e estudantes. Esse novo panorama social é

rechaçado de modo explícito pelos setores médios, que ainda conservam códigos do passado. Seu medo de cair na mesma situação é substituído, inconscientemente, pela rejeição àqueles que encarnam seu possível futuro. Não querem vê-los. Surgem, assim, praças gradeadas por imposição de vizinhos, ou pedidos de que os pobres que dormem nas ruas sejam expulsos. Praças e lugares públicos cercados encarnam a ambivalência entre o velho ideal de inclusão de todos, rejeição ao diferente e medo da própria exclusão. A luta pelas espacialidades públicas e privadas mostra uma crescente “despacificação social”, na qual os ideais universalistas tradicionais das classes médias portenhas desvelam o oculto racismo e a denegação da morte em que foram construídas e, ao mesmo tempo, o medo de cair no lugar da exclusão.

Esse obscuro racismo se vincula com o fato de que a *segmentação da espacialidade* gera também vivências a respeito do *que é o mundo*. Se a casa é como o ventre materno, a rua é o mundo. Um interior acolhedor pode ser a porta para um exterior transitável. Entretanto, quando o próprio interior pode ser invadido pelos perigos do de fora, perde seu caráter de abertura para o mundo. Isso ocorre em todos os setores sociais. Tanto no interior das “villas miseria” portenhas, como nas casas de classe média ou pobre fora da “villa”, como nas zonas de classe alta, observam-se casas cercadas e muradas “por segurança”.

Assim, as novas espacialidades constroem a imagem do mundo como algo perigoso. Com isso, o medo opera como um novo mecanismo de controle das populações. A “guetificação”, a heterogeneização e a “despacificação” dos espaços constituem outros imaginários nos quais se materializa a insegurança e a rejeição. Tudo isso dificulta a construção de uma imagem coletiva que abarque a todos, o que, por sua vez, colide com o tradicional imaginário universal de que Buenos Aires e suas instituições foram formadas. Geram-se, assim, contradições inconscientes na hora de pensar os outros e o mundo.

A morte como equação incontornável

Eis aqui a emergência da *morte como equação* e não mais como representação de alheamento. O ser humano pode negar a própria morte e projetá-la em outros; esse é um mecanismo de defesa que permite sobreviver a situações de intensa angústia e que possibilita a instituição de lugares nos quais, além de educar-se, viver ou trabalhar, os humanos podem conter suas ansiedades mais remotas. Mas, quando não há espaço capaz de conter a angústia, a morte deixa de ser uma representação mais ou menos distante da própria subjetividade, para transformar-se em uma equação, no sentido de que ela é percebida na própria vida cotidiana. Constitui-se, então, uma suspensão de mediações reflexivas, que deixa lugar para um corpo nu. Os seres humanos perdem a capacidade de defender-se contra a própria angústia, e isso se instala nos sistemas sociais, que começam a funcionar efetivamente como espaços incapazes de conter os mais primitivos e elementares temores humanos. Nesse contexto, os lugares se “despacificam”, perdem seu sentido continente, inclusivo e defensivo, tornando-se hostis, perigosos, desagradáveis. Com isso, os laços sociais se desestruturam.

O terror frente a um objeto exterior que pode nos atacar – não sabemos de onde, porque nem como – recoloca-se no lugar que a culpa tinha na modernidade, na construção da subjetividade. O vigilante interiorizado reduz suas ameaças, enquanto a moral universal e o Sujeito que a sustenta se chocam frente às exigências de uma flexibilidade constante, uma vez que o perigo exterior se aumenta. Isso implica uma transformação do superego, na qual se aliviam as exigências de moral e respeito universal. A brecha entre os ideais do eu e o eu real se reduz e, com isso, reduzem-se as atitudes centradas no próprio interesse, assim como se garante a heterônoma dependência de líderes que prometem a volta a uma imaginária comunidade.

Mutação dos espaços e transformações na temporalidade subjetiva e social

Tudo que foi visto anteriormente gesta modificações na temporalidade e, por conseguinte, na subjetividade. Os relatos de habitantes de Buenos Aires expressam diversas vivências de tempo que, frequentemente, coexistem na mesma pessoa.

Em narrativas de pessoas idosas, desempregadas ou subocupadas, predomina a memória do trabalho incorporada à construção de obrigações cotidianas auto-impostas, que vão desde leitura até a colaboração com vizinhos ou centros comunitários. Nesses relatos, o tempo está ativamente organizado e projetado subjetivamente, apesar do futuro vivido como incerto.

Em um segundo grupo de relatos, comum a pessoas de diversas idades, a precarização do trabalho, a falta de memória de velhas rotinas e a desestruturação dos laços se traduz na vivência de um tempo centrado no presente. Em pessoas submetidas a trabalhos rotineiros, precários e mal pagos, o tempo sem futuro se liga a uma raiva seca, que atravessa uma semana opaca. Nelas, o tempo como projeto se torna difícil. O ócio é tempo de angústia, que gesta a violência. Entre os mais jovens, surge com frequência a sensação de tédio, traduzido em angústia que se transmuta em destruição de outros ou de si mesmo, em brigas sem sentido, consumos diversos, ou atos que põem em perigo a própria vida. É frequente, nesses relatos, o desejo de escapar disso, mas então advém o temor à solidão. Esse fenômeno, entre muito jovens, se estende a todos os níveis sociais, em uma espiral que vai desde a raiva dos mais pobres até o fastio dos acomodados. Neles, lê-se uma forte perda da memória histórica, que dificulta construir limites e projetos. Aqui, o tempo é algo que se padece, ligado à contingência dos fatos. Nos relatos dos pobres e empobrecidos (inclusive os mais jovens), há uma clara vivência de que tudo mudou para pior.

Nos sobreocupados, de nível socioeconômico médio ou alto, ou naqueles que aspiram a esse ní-

vel, o dominante é que todo tempo deve ser útil. Todo momento e todo ser é meio para um fim. O ócio, o estudo, o trabalho são cuidadosamente planejados com um sentido produtivo: obter um diploma, estabelecer vínculos convenientes, oferecer uma imagem aceitável. À medida que se ascende na escala social, cresce a vivência de que se deve governar o tempo. Nesses núcleos, às vezes, não se percebem fortes mudanças nas situações, mas, quando isso ocorre com frequência, a vivência é de que agora tudo é melhor, pois “valora-se a flexibilidade, a iniciativa”. Para esses, diferentemente dos pobres, o tempo flexível sé percebido pleno de possibilidades.

Não obstante, para a maioria, a exigência de refazer-se constantemente gera um desamparo mais ou menos manifesto, que engendra um tempo “sagrado”, fora da história, depositado, em muitos casos, em grupos que outorgam imaginariamente certa contenção frente à fragilidade do instantâneo. Trata-se, por exemplo, da participação em novas religiões (entre os mais pobres), ou em grupos filosóficos de auto-ajuda (entre os mais acomodados), cuja nota comum é a busca de equilíbrio interior, que permite desligar-se do lá fora hostil. Mas, para a maioria, esse tempo sagrado se deposita no ideal de família. A ficção de um amor perfeito, que não se desfaça com o tempo e que salve do desamparo, está presente tanto no relato de mulheres golpeadas como no de jovens acomodados. O ritual que magicamente permite sustentar esse mito se realiza em comidas, férias, ou no sonho frente à telenovela. Contudo, entre a família sonhada e a vivida, há um abismo. A violência doméstica e a indiferença crescem de maneira mais ou menos velada em todos os níveis. Elas são filhas da angústia, que nasce da exigência de refazer-se constantemente para poder existir física e socialmente. Elas transformam o ser amado em um prolongamento de si, sobre quem recaem as próprias frustrações. A necessidade de refazer-se nesse tempo do instante impulsiona também, nos adultos, a ficção de uma eterna juventude, que fragiliza as relações e afoga a maioria na busca de um consumo que imaginariamente obture a angústia.

Contudo, essas não são as únicas marcas que essa cruel aventura da história do capitalismo tardio deixou nas subjetividades. Também nos relatos surgem novos projetos que ressignificam recordações fragmentárias. Aqueles que participam de trabalhos comunitários (entre eles, muitos jovens) exibem algumas dimensões subjetivas, nas quais despontam a projeção para o futuro a partir da recuperação de memórias e da reconfiguração do espaço como lugar de humanidades compartilhadas. A incerteza está presente, apesar de a construção de projetos desinteressados e coletivos parecer a melhor maneira de enfrentá-la.

Novas formas de protesto e o uso dos espaços públicos

Em meio a essa “guetificação” física e social, surge um novo uso dos espaços públicos, que intenta desestruturar as formas tradicionais de protesto cidadão. Trata-se de um fenômeno da ordem dos acontecimentos, que ocorre em Buenos Aires, mas também no México e no Paraguai: refiro-me às manifestações apolíticas que, de modo aparentemente contraditório, reclamam segurança aos políticos. Elas se sucedem não sem confrontações internas nos anos de 2004 e 2005 e são um campo de lutas pela apropriação do espaço público.

Essas manifestações se vinculam com uma reestruturação das subjetividades, nas quais o terror constitui um núcleo forte, que influi na exigência de “justiça já”. Quanto a esse ponto, é difícil definir o que ocorrerá: em 2004, as manifestações de caráter apolítico foram tomando claramente uma configuração que mostrava sua articulação com as exigências de transformações na justiça, exigidas por organismos internacionais, a fim de favorecer os movimentos de mercado e aprofundar as políticas de força para com grupos da população considerados “faixas” de “risco social” (travestis, prostitutas, mendigos, jovens desocupados, crianças que limpam vidros de carros nos semáforos e vendedores ambulantes). O fenômeno se fez visível no endurecimento do código penal, como conse-

quência das chamadas “marchas Blumberg” durante o ano de 2004. Tais manifestações, lideradas pelo pai de um jovem de classe média alta, brutalmente assassinado em um seqüestro extorsivo, foram habilmente manipuladas a partir da interpelação produzida pela morte do filho e possibilitaram, até o presente, uma série de transformações penais avalizadas pelo *Manhattan Institute Research* e disseminadas na América e no Caribe por William Bratton, sócio de Rudolph Giuliani, ex-prefeito de Nova York e ferrenho adepto das políticas de linha dura, que também assessora o governo do México em matéria de segurança urbana. Na Argentina, as “marchas Blumberg” possibilitaram a reforma do código penal, no sentido do aumento das penas. Mas também possibilitaram a reforma do código contravencional de Buenos Aires, que tinha sido objeto de fortes resistências por parte de alguns setores da população, embora apoiada por outros. Finalmente, após o massacre de Cromagnón, em dezembro de 2004, o código entrou em vigência em janeiro de 2005. A colocação em prática do agora denominado “código contravencional” substituiu o anterior de “convivência”, que vigorava desde março de 1988 e que significou um passo importante na democratização da legislação vigente. A aplicação do código deixa lugar para a arbitrariedade e tem gerado inúmeras situações de violência contra trabalhadores informais e desempregados, a partir de exigências de pessoas influentes. Inversamente, sua não aplicação (por exemplo, quando os afetados são negócios de grupos poderosos) frequentemente está sustentada por esses mesmos setores.

Os fatos de “Blumberg” e o massacre de “Cromagnón” deixaram, como saldo, além da evidência da morte, a construção de uma forte corrente de opinião contra os grupos que defendem as garantias e os abolicionistas, bem como reações impensadas a partir da dor, voltadas contra organismos de direitos humanos. Trata-se, também, de uma nova forma de focalizar esse problema. Nesse sentido, há uma frase freqüente em alguns grupos de cidadãos: “os direitos humanos, neste país, são para os delinqüentes, não para gente decente.”

Tudo isso se inclui numa transformação do pacto social, no qual a igualdade deixa de ser um significante central e se assume a desigualdade como parte inevitável da ordem social. A morte assola a Argentina, numa guerra não declarada: uma guerra em que membros do *establishment* internacional, assentados em distintos níveis de governos, às vezes muito obscuros, aliados a empresas vinculadas ao capital financeiro, vêm promovendo a gestão, em todos esses anos, de uma profunda desestruturação do mundo urbano portenho.

REFERÊNCIAS

- ARAKAKI, Javier. *La población excedente relativa en el Área Metropolitana de Buenos Aires, 1976-2002*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación. Departamento de Estudios Políticos, 2002. (Cuaderno de Trabajo n.9).
- AUYERO, Javier. *La política de los pobres. Las prácticas clientelares del peronismo*. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- CASTEL, Robert. *El orden psiquiátrico*. Madrid: La Piqueta, 1980.
- FOUCAULT, M. Omnes et singulatim: hacia una crítica de la razón política. In: *TECNOLOGÍAS del yo y otros textos*. Barcelona: Paidós, 1990.
- ISLA, Alejandro; LACARRIEU, Mónica; SELBY, Henry. *Parando la olla. Transformaciones familiares, representaciones y valores en los tiempos de Menem*. Buenos Aires: FLACSO, 1999.
- MURILLO, Susana. (Coord.). *Sujetos a la incertidumbre. Transformaciones sociales y construcción de subjetividad en la Buenos Aires actual*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.
- _____. (Coord.) *Contratiempos. Espacios, subjetividades y proyectos en Buenos Aires*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2005.
- ROZÉ, Jorge; MURILLO, Susana; NÚÑEZ, Ana (Comps.). *Nuevas identidades urbanas en América Latina*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.
- RODRÍGUEZ, María Carla; DEVALLE, Verónica. ¿Exclusión social? Percepciones de organizaciones sociales e identificación de "lugares" de disputa, en contextos de renovación urbana. In: CONGRESO ALAS, Guatemala Antigua, nov. 2001.
- SASSEN, Saskia. *Los espectros de la globalización*. Buenos Aires: FCE, 2003.
- WACQUANT, Loïc. *Parias urbanos. Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- BILLINGHURST, Arturo. *Del aislamiento en las enfermedades contagiosas*. 1885. Tesis (Doctoral) - Escuela de Medicina de la UBA, Buenos Aires.
- CAPDEVILA, Eduardo. Reglamento de prostitución. *Anales de Higiene Pública y Medicina Legal*. Buenos Aires, Departamento Nacional de Higiene, v. 10, n. 1, ene., 1903.
- CIUDAD DE BUENOS AIRES. *Censo general de población, edificación, comercio e industrias. Levantado en los días 17 de Agosto, 15 y 30 de Septiembre de 1887*. Buenos Aires: Cia. Sudamericana de Billetes de Banco, 1889.
- INSTITUTO PARA LA SEGURIDAD Y LA DEMOCRACIA, A.C. (Insyde). Serie: Insyde en la Sociedad Civil, n.1. Carlos Ríos Espinosa: *La seguridad pública y la defensa de los derechos humanos en contextos desfavorables*. México, D.F., a 28 de julio de 2004. Disponilve en: < <http://www.insyde.org.mx/> >
- PONCE, Carlos. *Las cuarentenas y lazaretos entre nosotros*. Tesis (Doctoral) - Facultad de Ciencias Médicas de la UBA. Buenos Aires, 1888.
- RAWSON, Guillermo. Estudio sobre las casas de inquilinatos en Buenos Aires. In: *ESCRITOS científicos*. Buenos Aires: Ediciones W.M. Jackson, 1945 (El texto original es de alrededor de 1884).
- REPÚBLICA ARGENTINA. *Censo Nacional de la República Argentina de 1895*. Buenos Aires: Taller Tipográfico de la Penitenciaria Nacional, 1898.
- REPÚBLICA ARGENTINA. Departamento Nacional de Higiene. *Anales de Higiene y Medicina Legal*, Buenos Aires, 1892.
- REPÚBLICA ARGENTINA. Departamento Nacional de Higiene. *Anales de Higiene Pública y Medicina Legal*. Buenos Aires, v. 1, n. 11, 1893.
- _____. _____. Buenos Aires, Tomo 6, 1896.
- _____. _____. Buenos Aires, v. 7, n. 11, 1897.
- _____. _____. Buenos Aires, v. 7, n. 27, 1897.
- _____. _____. Buenos Aires, v. 10, n. 1, 1903.
- _____. _____. Buenos Aires, v. 11, Tomo 11, 1904.
- _____. _____. Buenos Aires, Tomo 16, 1909.
- _____. _____. Buenos Aires, Tomo 17, 1910.
- _____. _____. Buenos Aires, Tomo 18, 1911.
- _____. _____. Buenos Aires, Tomo 19, 1912.
- _____. *Primer Censo Nacional. 1869*, Buenos Aires, 1872.
- SCENNA, Miguel Ángel. Diario de la gran epidemia, reproducido en *Todo es Historia*, n.8, [S.l.], Dic.1967.
- UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. *Centenario del Acta de Instalación de la Facultad de medicina de Buenos Aires. Crónica de la sesión extraordinaria del honorable consejo directivo realizada en homenaje a la efemérides*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1952.

TESES

MURILLO, Susana. *La ciencia aplicada a políticas sanitarias en Argentina y su relación con la escuela de Medicina de la Universidad de Buenos Aires*. (1869-1905). 2001. 274 p.

(Recebido para publicação em novembro de 2005)
(Aceito em dezembro de 2005)